

Publicações do Cidehus

Paisagens sonoras urbanas: História, Memória e Património | Vanda de Sá, Antónia Fialho Conde

**O som solene da
morte: A
«sonoridade
bélica» dos
funerais reais**

portugueses (1750-1816)

Rodrigo T. De Paula

p. 330-351

Résumé

Os protocolos rituais associados ao funeral régio exigiam, no amplo espaço geográfico de domínio português, a interacção de três categorias sonoras básicas: o som «brônzeo» (sinos) – como ordenador do tempo e o principal instrumento de comunicação colectiva -, o som «bélico» – exaltação do poder militar da coroa pela coerção sonora -, e a prática musical. Em Portugal, a regulamentação dos protocolos militares condizentes às honras fúnebres deu-se, faseadamente, a partir das primeiras décadas do século XVIII, sendo o primeiro texto contendo informações dedicadas especificamente ao falecimento de pessoas Reais, apresentado no manual *Milicia Pratica, e manejo da Infantaria* - de autoria do capitão Bento Gomes Coelho - impresso somente no ano de 1740. Entre os modelos sonoros que também contribuíram para essa regulamentação destacamos os protocolos para o funeral de D. Nuno Álvares Pereira de Melo, Duque de Cadaval (1638-1727) que exigiu um considerável aparato militar, sendo seu corpo trasladado de Lisboa para a cidade de Évora, onde viria a ser sepultado na Igreja de São João Evangelista. Pretendemos a partir desses e outros exemplos reconstituir a sonoridade bélica dos funerais régios portugueses, desde D. João V (1750) a D. Maria I (1816), assim como verificar a sua articulação com as outras categorias supracitadas e, sobretudo, a sua relevância para os estudos sobre o som e o ritual, na musicologia portuguesa.

The ceremonial protocols related to the royal funerals in the Portuguese world demanded the interaction of three basic sound categories: the tan sound (the bells) – main instrument for collective communication and responsible for organizing the time –, the military sound – the exaltation of the kings military power -, and musical practice. In Portugal, the regulation of military protocols concerning funeral honors started progressively at the 18th century. The first text with information dedicated specifically to the decease of royalty members was published in 1740 in the manual entitled *Milicia Pratica, e manejo da Infantaria*, written by Captain Bento Gomes Coelho. Amongst the sound models which also contributed to this regulation one highlights the protocols for the funeral of D. Nuno Alvares Pereira de Melo, Duke of Cadaval (1638-1727) which demanded a considerable military display: his body was

transferred from Lisbon to Évora where it was buried at the church of São João Evangelista. The above mentioned examples will serve as a starting point to restore the military sound of the royal funerals in Portugal from D. João V (1750) to D. Maria I (1816), establishing its articulation with the other sound categories mentioned and pointing out its relevance to the research of sound and rituals in Portuguese Musicology.

Entrées d'index

Keywords :

ritual sounds, artillery shots, funeral honors, Royal funerals

Palavras-chave :

sonoridade ritual, salvas militares, honras fúnebres, exéquias reais

Texte intégral

- 1 A presença militar em actos públicos relacionados com o calendário festivo Real, incluindo-se aí as honras fúnebres, marcava-se por acções coreografadas das tropas ao som das caixas, tambores, instrumentos de sopro e também pelo aparato sonoro bélico. Esse era constituído por salvas de fuzilaria e artilharia dadas pelos regimentos, pelos castelos e fortalezas e pelas embarcações que utilizavam, nas operações navais, esses sons como meio de comunicação e como forma de saudar hierarquicamente as autoridades¹. Nas festas, a sonoridade bélica compunha o cerimonial, ordenando-o, dando-lhe maior solenidade e actuando como demonstração do poderio militar da coroa impondo, através da coacção sonora aos seus súbditos, a autoridade dos monarcas².
- 2 Segundo nos informa o militar Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839), deve-se aos venezianos, no século XIV, a invenção e a introdução militar das salvas, tendo esta prática, nos séculos seguintes, expandindo-se para outros reinos da Europa:

Os Venezianos forão inventores, ou introductores das salvas de Artilharia no século 14, e o seo costume teve aceitação nos outros Povos da Europa. As salvas são de Artilharia, ou de Fuzilaria. As primeiras constão de hum numero de tiros correspondente á graduação, ou cathegoria da pessoa a quem se salva: as segundas sempre consistem em tres descargas de

fogo rolante da direita para a esquerda da linha, quando a salva he de alegria, ou de tres descargas cerradas quando o fogo he em funeral³.

- 3 Em Portugal, a regulamentação das salvas militares dá-se, faseadamente, entre os séculos XVII e XIX, com vários decretos emitidos durante esse período, acompanhando o desenvolvimento da prática naval⁴. Entretanto, no que diz respeito ao cerimonial fúnebre real, o Regimento do Senado da Câmara de Lisboa, de 30 de Agosto de 1502, no capítulo sobre o funeral (dó) e aclamação (levantamento) do Rei, já menciona que durante essas cerimónias «todos las naos e navios que ouver amte O porto seram apemdoadas E despararan seus tiros a tenpo devido E asy todos loos spingardeiros que ouver na çidade quamdo se der a Voz do levantamento acabadaa de se dar despararam seus tiros como dito he»⁵.
- 4 A partir da organização do exército, por D. João V, em 1707⁶, que terá no modelo francês a sua principal referência, regula-se as salvas com base no decreto emitido por ordem de Luís XIV, em 1689, assunto que será tratado por Antonio do Couto de Castelo Branco (1669-1742), militar e fidalgo da Casa Real, num capítulo do seu livro *Memorias militares pertencentes ao serviço da guerra, assim terrestre como marítima* (1719)⁷. É com esse autor que se verifica, em Portugal, as primeiras iniciativas setecentistas de normatização das honras fúnebres militares. Castelo Branco contempla essa temática no susodito livro mas sem mencionar, especificamente, os protocolos relacionados aos funerais reais. Entretanto, indica o autor alguns procedimentos análogos aos que serão administrados aquando a morte de monarcas portugueses, durante os séculos XVIII e XIX⁸.
- 5 Utilizando como exemplo o funeral do Marquês de Marialva, D. António Luís de Menezes⁹ (1603-1675), falecido em Lisboa, Castelo Branco descreve as acções ritualísticas realizadas para um nobre de alta patente militar, como o acompanhamento do corpo pela «Cavallaria, e Infantaria arrastando as Armas, com Caxas destemperadas, e de luto, e Trombetas de sordina». Para além de identificarmos a presença de um agrupamento musical, comum em cortejos

fúnebres militares, a sonoridade bélica é retratada pelo autor ao mencionar a chegada do cortejo ao Campo de Santa Clara, onde se deram as descargas pela artilharia e mosquetaria (de Infantaria e Cavalaria) e, durante a noite, do Castelo de São Jorge, «com entrevallos humas, a outras». A partir das orientações para os funerais da alta hierarquia militar, Castelo Branco indica ainda, seguindo os protocolos franceses, mais alguns procedimentos contemplando, inclusivamente, o cerimonial marítimo. No caso de morte dos Governadores de Praças, Torres e Castelo dava-se, em intervalos de meia hora, um tiro de peça até o momento do enterro. Ao sair do local onde se encontrava o corpo, dava-se uma descarga com toda a Artilharia e outra quando o mesmo chegasse à igreja, momento em que o destacamento que acompanhava o cortejo deveria dar três descargas de fuzilaria¹⁰. Para os Oficiais que faleciam em alto mar, hasteava-se a bandeira dos navios a meio-pau e dava-se um tiro de canhão a cada uma hora¹¹.

- 6 Sobre as cerimónias fúnebres por D. Pedro II, falecido em 9 de Dezembro de 1706, nenhum dos textos consultados indicam ser esse evento um modelo, no que diz respeito ao protocolo militar, a ser reproduzido em outros funerais régios. Essa situação indica um procedimento sustentado pela tradição mas que, nos anos seguintes, irá lentamente, por via escrita, sendo legislada e registada como parte da memória do evento. Por outro lado, a descrição pormenorizada dos protocolos militares e a relevância dos sons bélicos no cerimonial fúnebre real nem sempre são explicitadas nas relações impressas dessas cerimónias que, para além de noticiar os eventos, eram uma forma de reforçar os laços de vassalagem. Na relação publicada por ordem dos Oficiais da Casa Real, em 1707, com a descrição do que se praticou em Lisboa, por exemplo, não são descritos os procedimentos militares, tampouco a sonoridade bélica das mesmas¹². Já para as cerimónias realizadas na Baía, registadas e publicadas pelo fidalgo Sebastião da Rocha Pitta (1660-1738), coronel do Regimento da Ordenação desta cidade, são mencionados apenas – para além do acompanhamento militar com armas rendidas e sem adornos, e bandeiras a rasto –, o «som rouco» dos tambores

e os ecos dos tiros, desde às Fortalezas. Esses sons, segundo Rocha Pitta, sobrepunham-se a outra categoria sonora relacionada com a prática religiosa: os constantes toques dos sinos que ouviam-se desde todos os templos da cidade¹³.

- 7 Entretanto, a relação pormenorizada do funeral do primeiro Duque de Cadaval, D. Nunes Alvares Pereira de Melo (1638-1727), escrita pelo seu filho, D. Jaime Alvares Pereira de Melo (1684-1749), publicadas em 1730, apresentam as acções correspondentes às honras fúnebres militares de acordo com os protocolos indicados por Castelo Branco, inclusivamente, os procedimentos já utilizados no funeral de D. António Luís de Menezes¹⁴. A descrição de D. Jaime configura-se, então, como um importante contributo para uma identificação mais precisa das formas de articulação entre o programa sonoro bélico e os protocolos dos funerais solenes. Logo após o falecimento de D. Nunes, em Lisboa, D. Diogo de Noronha (1698-1759) – então 3.º Marquês de Marialva e Sargento-mor de D. João V – ordenou que se armassem três canhões de artilharia: um no Castelo da cidade e outros dois que deveriam ir junto às tropas (*vide* fig. 1). Enviou ainda, o Marquês, avisos para as torres e fortes da Marinha para darem as três descargas de artilharia, a partir do Cais dos Mouros, de onde o corpo seria embarcado com destino a Évora, para ser sepultado no convento de São João Evangelista. Esta acção deveria ocorrer na sequência das descargas que seriam dadas pela Cavalaria e a Infantaria devidamente posicionadas no mesmo Cais¹⁵. D. Diogo ainda emitiu as seguintes ordens: que três Oficiais desses Regimentos sinalizassem o luto com fumos – o primeiro no chapéu, o segundo no braço esquerdo e o terceiro no espadim –, que as caixas e timbales estivessem destemperadas e enlutadas, as trombetas tocassem à surdina e que dos estandartes pendessem fumos¹⁶.
- 8 Assim que o corpo do Duque saiu da sua residência, localizada na antiga rua do Príncipe (hoje estação do Rossio), foi dada a primeira descarga e começaram os disparos, não mais com intervalo de trinta minutos mas «de meyo quarto de hora de tiro a tiro», a partir do Castelo de São Jorge, acção que durou até às nove horas da manhã do dia seguinte. Durante o cortejo, os Oficiais da Infantaria levaram os

espontões de rastos, os Alferes as bandeiras enroladas também de rastos (pegando-lhes pelas choupas) e os soldados as armas abatidas. Em frente ao Palácio da Inquisição (Palácio do Cardeal Cunha), também no Rossio, foi dada a segunda descarga. Assim que embarcaram o corpo, no Cais dos Mouros, o Marquez de Marialva ordenou a toda a Cavalaria e Infantaria que ali se encontrava, para que dessem a terceira descarga, o que foi seguido por disparos de canhões desde o Baluarte da Vedoria, da Torre Velha (Forte de São Sebastião da Caparica), da Torre de Belém, dos Fortes de São Pedro de Paço D'Arcos, São Julião da Barra até ao de São Lourenço do Bugio (Cabeça Seca). Todas essas acções ocorreram sob os constantes dobres dos sinos, que foram dados por toda a comunidade religiosa, até à noite¹⁷.

Figura 1 - Cortejo fúnebre do Duque de Cadaval – 1727



Em destaque, na parte superior direita, vê-se o timbaleiro da cavalaria com os tímboles enlutados e, no centro, as duas peças de artilharia (canhões)¹⁸.

- 9 Chegado o corpo com o militar acompanhamento em Évora, foram realizadas as cerimónias religiosas – com Ofício, Missa e Absoluções, no convento de São João Evangelista,

mas, no que diz respeito à sonoridade bélica, o autor da relação faz apenas referência às três descargas dadas, ao final da função, pelo destacamento presente. Entretanto, algumas informações sobre a prática musical e a sonoridade «brônzea», correspondentes às cerimónias religiosas realizadas entre Lisboa e Évora, põe em evidência a importância e a interacção dessas categorias sonoras, associadas à sonoridade bélica, nos rituais. No Palácio do Duque, em Lisboa, os cônegos da Congração de S. João Evangelista e os religiosos Arrábidos cantaram a Encomendação e o Ofício de Defuntos sob os toques dos sinos de todos os mosteiros que dobraram durante dois dias. Embarcado o corpo, durante o trajecto, fizeram paradas: no Montijo (Aldeia Galega) – onde, na Igreja matriz da Vila, realizaram outra Encomendação; em Vendas Novas – «onde em huma Capellinha se lhe cantou hum Responso» ; Montemor e, já próximo à cidade do sepultamento, na Igreja de S. Mathias, na Ermida de S. Sebastião e no Convento de Nossa Senhora dos Remédios. Em Évora, no Convento de São João Evangelista, local do enterro, realizaram o Ofício «para o qual concorreo o Cabido, mandando os Cantores da sua Sé, que unidos com os outros fizerão quatro córos de Musica», cantando também os cinco responsórios das Absoluções e a encomendação final diante da sepultura¹⁹.

10 No dia 30 de Março de 1737, outra regulamentação portuguesa sobre as honras fúnebres militares são registadas na Ordem expedida pelo Governador das Armas e Conde de Atalaia, D. João Manuel de Noronha (1679-1761). Porém, assim como Castelo Branco, o nobre militar não faz referências sobre as salvas e outros procedimentos para o luto destinados ao cerimonial fúnebre dos monarcas. O conteúdo da Ordem trata dos protocolos para o enterro dos oficiais, entre os quais destacamos, mais uma vez, a cerimónia para os Governadores das Armas. As informações, em relação aos protocolos já citados, variam apenas no número de descargas. Logo após constatar a morte do oficial, dava-se «hum tiro de artilharia seguindo outros de meio quarto, em meio quarto de hora, durante as vinte e quatro, ou athe ao tempo em q. for enterrado»²⁰. O acompanhamento deveria ser feito pela Infantaria e

Cavalaria, formados em duas alas, dando-se cinco descargas (e não três) de mosquetaria e artilharia, após a chegada do corpo à sepultura. Se o oficial morresse em uma Praça de Guerra, todas as tropas deveriam preceder o acompanhamento, com as armas abatidas, as bandeiras e estandartes levando fumo, as caixas dos tambores e timbales destemperadas, cobertas de baeta negra, e as trombetas com surdinas²¹. Esses procedimentos vão ao encontro do que se praticou no funeral do Duque de Cadaval, evento que certamente serviu como referência para os protocolos administrados nos funerais mais solenes que sucederam.

11 Com a publicação, em 1740, do tratado *Milicia practica e manejo da Infantaria*, escrito pelo capitão Bento Gomes Coelho (1687-17??), oficializa-se, através do meio impresso, os protocolos mais importantes (sem novidades ao que já foi apresentado) que deveriam ser seguidos pelos militares, aquando do falecimento do Rei ou Rainha²². O funeral régio compreendia uma série de ritos administrados após a constatação e o recebimento da notícia do falecimento do monarca, como o anúncio público da morte pelos sinos de todos os templos, a saída dos Bandos a publicar, com força de lei, a «infausta notícia», a obrigatoriedade e os procedimentos para o luto; a cerimónia municipal da Quebra dos Escudos ²³; o cortejo fúnebre até o local do sepultamento; as Exéquias (Vésperas, Matinas, Laudes, Missa de *Requiem*, Sermão e Absolvição) e o sepultamento.

12 Após o recebimento da notícia da morte pelos Governadores e, através destes, pelas instituições militares do reino, deveriam ser dados, a partir dos sítios fortificados, disparos com intervalos de um quarto de hora, por tempo de três dias. Os soldados que montassem guarda, durante esse período, deveriam manter as suas armas abatidas. Os procedimentos para o porte das mesmas e para a sinalização do luto – inclusivamente nas caixas e tambores – são assim definidos:

Os Oficiais com os Espontoens arrastro pegando-lhe pela chopa do ferro, os Sargentos com as alabardas com o ferro para bayxo; as Bandeiras se enlutão pondo-se-lhes fumos atados ao pé da Lança no remate da haste; as caixas se cobrem de preto por tempo dos dittos tres dias, os Sargentos traraõ por luto bocaes, e cazas pretas nas cazacas; os Cabos

de Esquadras, Soldados, e tambores trarão cravatas de tafetá preto, e as caixas destemperadas²⁴.

- 13 Sobre o cortejo, Bento Coelho indica ainda o acompanhamento pelos Regimentos de Infantaria e Cavalaria que deveriam seguir o real corpo com as armas abatidas, em duas alas, desde o Palácio até a igreja onde ocorreria o sepultamento²⁵.
- 14 Entre as cerimónias fúnebres da casa real portuguesa, é a partir do falecimento de D. João V, em 1750, que se tornou possível constatar a presença e a funcionalidade dos sons bélicos, e a reproduzibilidade desse modelo sonoro por todo o reino e seus domínios, através das várias relações sobre as cerimónias realizadas pela morte do «Fidelíssimo Rei»²⁶.
- 15 Na relação das cerimónias pela morte de D. João V, publicada pela *Gazeta de Lisboa*, o periódico indica que, enquanto duraram todos os ritos, escutou-se os sons bélicos e dos sinos, silenciados apenas finalizada a função, momento em que conduziram o Real caixão para o panteão dos Braganças, em São Vicente de Fora:

Cessáram ao mesmo tempo as descargas, que davam os Regimentos, que estavam no terreiro de S. Vicente, e os sentidos tiros da artilharia, que o Castelo, Forte da Védoria, e naus surtas no Tejo atiravam de minuto a minuto, e o ruído dos sinos de todas as Igrejas, e Conventos, que com os seus lúgubres écos expressavam o sentimento, que tinha instruído nos corações dos Vassalos esta grande perda²⁷.

- 16 Inácio Barbosa Machado (1686-1872), autor de outra relação das exéquias, publicada no ano de 1750 sob o acrónimo D.I.B.M.D.P.A.A.R²⁸, foi mais específico ao indicar a simultaneidade dos actos religiosos com as manifestações sonoras bélicas, sineiras e as marchas executadas pelos agrupamentos musicais militares que, juntos, deveriam impactar sensorialmente os súbditos portugueses, despertando-lhes um sentimento de perda:

(...) concorrerão todas as Comunidades Religiozas Monachas, e Mendicantes, e de Clerigos Regulares de Lisboa, ainda as mais privilegiadas, e com devoção, e harmonia cantarão os Resposos costumados. (...) O Cabido da Basilica de Santa Maria com a sua Comunidade se portou nesta função tão gravemente, que enterneceo, e

edificou aos circunstantes, cantando solemne Responso pelo seu Augusto Benfeitor. Nesse mesmo tempo se repetia de quarto a quarto os tiros de Canhão, que se disparavaõ no Castello, e Baluarte da Vedoria, cujo estrondo, unindo-se ao que faziaõ todos os sinos da Cidade, e ao toque das trombetas á surdina dos regimentos da Cavallaria, e caixas destemperadas cubertas de luto, da Infantaria, rompendo os ares, penetravaõ os coraçoes com taõ sensível dor, que Lisboa nunca vio em muitos annos dia mais triste, e lamentavel²⁹.

- 17 Centrando-nos nos sons bélicos, são mencionados, nos relatos supracitados, os disparos pelos canhões a partir do Castelo de São Jorge, do Baluarte da Vedoria e dos navios ancorados no Tejo. Entretanto, é curioso a ausência, nas Relações, de salvas a partir das outras fortalezas – como determina o *Milícia Prática* –, o que certamente deverá ter ocorrido.

Figura 2 - Principais fortificações para a defesa da entrada de Lisboa (sécs. XVIII e XIX)



1 – Castelo de São Jorge; 2 – Baluarte da Vedoria (destruído no terremoto de 1755); 3 – Torre de Belém; 4 – Torre Velha; 5 – Forte de São Pedro de Paço d’Arcos; 6 – Forte de São Lourenço do Bugio (Cabeça Seca); 7 – Fortaleza de São Julião.

Plan de Lisbonne, son port, ses rades & ses environs: avec une petite carte routière du Portugal / dressés par le Ch[evalier] Calmet-Beauvoisin, auteur du Grand atlas en

63 feuilles – 1833. BNF - Ge DL 1833-766 – (detalhe)
acedido em 21 de Novembro de 2016

18 Sendo Lisboa e posteriormente o Rio de Janeiro espaços de residência da corte e os principais núcleos políticos do reino, estas cidades, devido à sua importância, localização geográfica e à conexão marítima, dependiam de edifícios fortificados, estrategicamente posicionados – assim como em outros portos de domínio português – para garantir o controlo da entrada e saída de todo os tipos de navios e, principalmente, a defesa militar³⁰. Para isso era essencial o conhecimento prévio dos protocolos sonoros (associados às bandeiras hasteadas) utilizados, através dos regulamentos das salvas, para a comunicação a longa distância entre as próprias embarcações e, entre estas e as fortalezas³¹. Nesse sentido, os diários de viagem de oficiais estrangeiros contribuíram para a circulação de informações, não somente acerca das cidades visitadas mas, também, dos procedimentos vigentes nos portos portugueses no que diz respeito à relevância dos sinais sonoros. Um erro na administração das salvas poderia ocasionar em pequenos conflitos diplomáticos ou, em caso extremo, em um ataque ao navio. Na chegada da fragata *Bondeuse* à baía do Rio de Janeiro, a 21 de Junho de 1767, por exemplo, o oficial francês Louis Antonie de Bougainville (1729-1811) ordenou que a bandeira portuguesa fosse hasteada e que fosse dado um tiro de canhão. Estando a embarcação em frente a Fortaleza de Santa Cruz, receberam um oficial português que, conforme determinado, exigiu saber o objectivo da viagem. O desenrolar da história é assim contado por Bougainville:

J'envoyai avec lui le chevalier de Bournand pour en informer le comte d'Acunha, viceroi du Bresil, & traiter du salut. (...) Le chevalier de Bournand revint bientôt après, & me dit qu'au sujet du salut, le comte d'Acunha lui avoit répondu que lorsque quelqu'un, en rencontrant un autre dans la rue, lui ôtoit son chapeau, il ne s'informoit pas auparavant si cette politesse seroit rendue ou non; que si nous saluions la place, il verroit ce qu'il auroit à faire. Comme cette réponse n'en étoit pas une, je ne saluai point. (...) Le 22, nous allames en corps faire une visite au viceroi; il

nous la rendit à bord le 25, & lorsqu'il en sortit, je le fis saluer de dixneuf coups de canon, que la terre rendit³².

- 19 Durante o reinado de D. José I, uma nova organização do exército é realizada, sob o regime despótico do Marquês de Pombal que, por influência inglesa, vê, no modelo prussiano, a sua principal referência. Tomou o primeiro-ministro iniciativas a esse respeito com a organização de um regimento de artilharia da corte, com o aumento da força das companhias de artilharia, com a criação de mais três Regimentos de Infantaria, dois de dragões e dois de cavalaria ligeira. Convocou, também, em 1762, para assumir a função de marechal-general do exército português, o conde Guilherme de Schaumburg-Lippe, discípulo dilecto de Frederico II³³. Deve-se a Schaumburg-Lippe, ao encontrar um território que dispunha de «fracos efectivos humanos e de limitada formação militar»³⁴, algumas reformas, principalmente nos protocolos relacionados à instrução, disciplina e sistema defensivo das fronteiras. Essas reformas promoveram impactos em vários níveis estruturais e cerimoniais do exército, inclusivamente na prática musical dos regimentos³⁵. Porém, durante esse período, não encontramos nova regulamentação para as honras fúnebres reais. Para o funeral de D. José I (1777), a escassez de relações impressas ou manuscritas, assim como de outras fontes documentais, não permite uma descrição detalhada dos protocolos militares reproduzidos nas cerimónias de corpo presente e ausente mas, certamente, foram reproduzidas as acções mencionadas anteriormente. Das poucas fontes a que tivemos acesso, através das Vereações da Câmara do Porto, transcritas pelo padre Luís de Sousa Couto, identificámos a finalização das exéquias de D. José I, ocorridas nessa cidade, sinalizada pelos disparos do regimento que encontrava-se posicionado em frente à Sé, e disparos de hora em hora desde o castelo da Foz, durante três dias, como forma de reforçar socialmente a memória do monarca e o dever em cumprir o luto:

Por ordem do Govêrno das Armas esteve o Regimento postado, na manhã do dia das Exéquias, defronte da Porta da Sé, e deu três descargas no fim do último Responso. O Governador do Castelo da Foz fez que por três dias

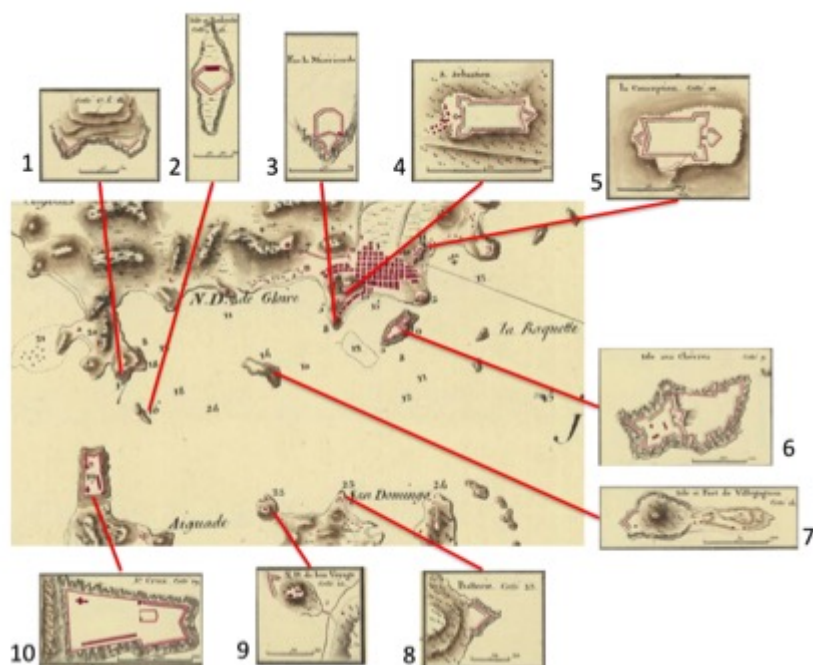
successivos se atirasse uma peça de hora a hora, e no último mandou dar três descargas de toda a artilharia do Castelo³⁶.

- 20 Após a ascensão de D. Maria I ao trono, novas reformas militares são realizadas devido ao estado de degradação em que se encontrava o Exército e a Marinha portuguesa, consequência da falta, por parte da administração anterior, de investimentos em infra-estruturas e de uma continuidade na política implementada pelo Conde Lippe (como ficou conhecido), após a sua retirada de Lisboa, em 1764³⁷. Entretanto, a nomeação de Martinho de Melo e Castro (1716-1795) como Secretário de Estado favoreceu a reversão desse quadro. Medidas foram tomadas pelo substituto do Marquês de Pombal ao efectivar uma reorganização das instituições de defesa do reino, principalmente da Marinha. Essas medidas serão reforçadas pela instituição, por D. Maria I, da Academia Real da Marinha (1779), da Companhia de Guardas Marinhas (1782) e da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho Militar (1790)³⁸. Em 1798, é publicado, por ordem da Rainha, um novo decreto sobre as honras fúnebres que se deviam praticar a bordo dos navios, na morte de oficiais da Real Armada. Porém, nada é especificado para os funerais régios³⁹.
- 21 Durante a ausência da família real, é nomeado, em 1809, como Marechal e Comandante do exército português, em Lisboa, o Major-general inglês Guilherme Carr Beresford (1768-1854), que esteve à frente das tropas aliadas anglo-lusas a combater o exército francês, durante as invasões napoleónicas. Beresford teve, a partir desse ano, um papel fulcral para a reorganização dos regimentos, publicando instruções destinadas aos mesmos entre as quais destacamos os procedimentos que a Infantaria deveria tomar nos acompanhamentos de funerais. Porém, essas instruções destinavam-se apenas ao posicionamento genérico das armas, no apresentar e descansar das mesmas, durante as cerimónias fúnebres⁴⁰. Não são apresentados por Beresford outros protocolos destinados especificamente aos funerais régios.
- 22 A inexistência de uma legislação portuguesa que regulamentasse criteriosamente os protocolos militares no caso de morte dos monarcas, até o falecimento de D. Maria I,

em 1816, levou Cunha Mattos a registar as acções executadas no Rio de Janeiro, em honra à Rainha, «persuadido de que essas Honras são as que se praticarão com os Monarchas Seus Antepassados»⁴¹.

- 23 No dia 20 de Março, segundo nos informa o erudito militar, após às onze horas e um quarto, os sinos da cidade anunciaram a morte de D. Maria I. Pouco depois do meio-dia deu-se início aos procedimentos militares, com o posicionamento das bandeiras a meio-mastro, primeiramente pela Fortaleza da Ilha das Cobras que, pela hierarquia, precedia a todas as outras fortificações e navios. Desde a mesma Ilha foi dada uma salva de 21 tiros, seguida por tiros periódicos de dez minutos (e não mais de quinze), o que foi seguido pelas outras fortalezas até a uma hora da manhã, momento em que se arrearam todas as bandeiras⁴².

Figura 3 - Principais fortificações da baía do Rio de Janeiro (activas ainda no século XIX), a partir do desenho cartográfico de M. Leveux (1757)



1 – Fortaleza de São João da Barra; 2 – Forte da Lage ; 3 – Forte da Misericórdia; 4 – Forte de São Sebastião; 5 – Forte da Conceição; 6 – Fortaleza da Ilha das Cobras; 7 – Forte de Villegaignon; 8 – Forte de São Domingos do Gragoatá; 9 – Forte da Boa Viagem; 10 – Fortaleza de Santa Cruz.

Plan de la baye de Rio-Janeiro et de ses défenses en 1757 tel qu'il a été donné par M. Leveux., BNF - F44262918.

(detalhe) - acedido em 21 de Novembro de 2016.

- 24 Também seguiram com os tiros as esquadras nacionais e estrangeiras que se encontravam ancoradas no porto, porém somente até o pôr-do-sol. Esse procedimento levou o Comandante da Esquadra Portuguesa a advertir os navios nacionais para regular o tempo do «fogo» e do hastear e arriar das bandeiras, com o que se praticava nas fortalezas, mantendo-se os navios estrangeiros os tiros somente até o final da tarde. No dia 21, a partir das seis horas da manhã as bandeiras foram içadas a meio-mastro e novamente as fortificações e navios deram início aos tiros periódicos, como no dia anterior, o que foi reproduzido no dia seguinte⁴³. Sobre o acompanhamento, Cunha Mattos descreve a formação das tropas que se posicionaram em alas, pelas ruas da cidade, desde o Palácio até o Convento da Ajuda, onde à porta, se encontrava uma Brigada de Infantaria e um Parque de Artilharia. Quanto a saída do corpo, não há menção pelo autor às salvas, somente após a chegada do cortejo à porta da Igreja do Convento, às dez e um quarto da noite, momento em que todos os navios deram uma salva de 21 tiros de peça, e os destacamentos a bordo dos mesmos deram três descargas de fuzilaria⁴⁴. A Bateria de Artilharia e a Brigada de Infantaria, que se encontravam postadas à frente da Igreja, também deram as salvas e as descargas correspondentes, assim como as Fortalezas e os navios estrangeiros. Entretanto, não fica claro na descrição de Cunha Mattos, se essas últimas salvas correspondiam à finalização de toda a cerimónia, como era de praxe. Durante todos os quatro dias, todos os soldados que fizeram guarda (e nos quartéis) estiveram com as armas em funeral. Após esse período, somente os oficiais e as bandeiras conservarão o luto de um ano determinado pela Secretaria de Estado⁴⁵.
- 25 A percepção da sonoridade bélica das Exéquias de D. Maria I, por viajantes estrangeiros, revela-nos o impacto desses sons na sensibilidade desses viajantes, assim como a reacção dos mesmos ao presenciar esse momento histórico⁴⁶. Com a chegada ao Rio de Janeiro do navio inglês Alceste, no dia 21 de Março de 1816, encontrava-se, entre os seus tripulantes, o diplomata Henry Ellis (1788-1855) que observa, no seu

diário, o aspecto ruidoso e a iluminação melancólica do porto e arredores da cidade, devido a morte da Rainha, ocorrida no dia anterior⁴⁷. Também faziam parte da tripulação os médicos John Macleod (1777-1820) e Abel Clark (1780-1826) que foram mais detalhistas nas suas impressões. O relato de Macleod corresponde à descrição de Cunha Mattos, porém diverge quanto ao tempo das salvas que, segundo aquele (e também Henry Ellis), foram em intervalos de cinco em cinco minutos (e não em dez):

The death of the queen, which happened the day previous to our arrival, at the good old age of eight-two, had rather cast a gloom over the city of St. Sebastian. The batteries and ships fired five-minute guns during the whole day and night; the *Alceste*, *Indefatigable*, (Capt. Fyffe) and a Spanish frigate, following this example: displaying also the usual exterior marks of grief, by hoisting the colours half-staff high, and topping the yards. Our officers like-wise wore crape; and, from a positive order being issued to all the inhabitants to go into mourning, (which none dared, under the severest penalties, disobey), the prices of all black articles felt a sudden and enormous increase⁴⁸.

- 26 Também no relato de Clark são mencionados os disparos de artilharia de cinco em cinco minutos, o que pode relacionar-se ao desconhecimento, pelos tripulantes britânicos, das normas militares portuguesas, e à dificuldade de precisão no controlo temporal dos tiros. Contudo, é interessante observar a reacção do médico viajante ao escutar os sons da artilharia – a comunicar a morte e a honrar a falecida Rainha –, assim como a importância da sinalização do luto por indivíduos de qualquer estrato social e nacionalidade:

Long before the *Alceste* reached her Anchorage, the firing of cannon at a regular intervals announced the occurrence of some great public event, and as soon as we communicated with other ships in the harbor, we were informed of the death of the Queen of Portugal. Vessels of all nations that were at this time lying off St. Sebastian, showed their respect to the King of Portugal by crossing their yards, hoisting flags half-mast high, and firing guns every five minutes. The *Alceste* followed their example; and as a farther mark of respect, the British Ambassador determined to appear on

shore with some outward badge of mourning, and requested the gentlemen of his suite to do the same⁴⁹.

- 27 Já em terra, imagens das cerimónias fúnebres por D. Maria I são formadas no imaginário de Clarke ao ouvir, à distância, o repicar dos sinos e os disparos dos canhões. Como uma pintura, formam-se cenas na mente do viajante, com as igrejas iluminadas e ricamente decoradas, a audiência solene e a cantoria no interior das mesmas, o brilho das tochas, a procissão com os religiosos e a nobreza tendo, no seu entorno, os Regimentos militares e outros espectadores. O relato de Clarke é um exemplo perfeito da actuação do som na construção da memória de um evento – associado a outras memórias – mesmo que o espectador o «presencie» somente através da percepção da sua sonoridade⁵⁰.
- 28 Concluindo, a partir da análise das fontes apresentadas tornou-se possível identificar, no cerimonial fúnebre dedicado aos monarcas portugueses, o estabelecimento de um modelo sonoro bélico correspondente às cerimónias de corpo presente e às de corpo ausente, reproduzidas obrigatoriamente no amplo espaço geográfico do reino, adaptado à realidade militar de cada cidade ou vila. No local de residência da Corte e nas principais cidades portuárias, verificou-se ainda que, para além dos regimentos em terra, a solenidade exigida para tal acto contava com um aparato sonoro reforçado pelas salvas dadas a partir das fortificações e navios, sempre sob os dobres incessantes dos sinos e das marchas militares, tudo integrado à política de representação do poder real e à perpetuação da memória do monarca. Identificamos também o processo de normatização das honras fúnebres pela legislação militar portuguesa – assim como o impacto da sonoridade bélica correspondente a essas honras a interromper o quotidiano sonoro das cidades - como em Lisboa e no Rio de Janeiro - e a sua percepção por parte dos viajantes estrangeiros. Assim, para além da abordagem tradicional da musicologia histórica, que tende a reduzir uma prática musical multifacetada a apenas um de seus componentes – a música evocada a partir da partitura - não podemos nos furtar a considerar, na análise sonora dos ritos, a sobreposição de outros sons que conformam numa sonoridade ritual intrínseca e extrinsecamente integrada a

uma *práxis* dificilmente perceptível a ouvidos contemporâneos.

Bibliographie

Des DOI sont automatiquement ajoutés aux références par Bilbo, l'outil d'annotation bibliographique d'OpenEdition.

Les utilisateurs des institutions qui sont abonnées à un des programmes freemium d'OpenEdition peuvent télécharger les références bibliographiques pour lesquelles Bilbo a trouvé un DOI.

Format

APA

MLA

Chicago

Le service d'export bibliographique est disponible aux institutions qui ont souscrit à un des programmes freemium d'OpenEdition.

Si vous souhaitez que votre institution souscrive à l'un des programmes freemium d'OpenEdition et bénéficie de ses services, écrivez à : contact@openedition.org

Fontes impressas e estudos

Format

APA

MLA

Chicago

Le service d'export bibliographique est disponible aux institutions qui ont souscrit à un des programmes freemium d'OpenEdition.

Si vous souhaitez que votre institution souscrive à l'un des programmes freemium d'OpenEdition et bénéficie de ses services, écrivez à : contact@openedition.org

ABEL, Clarke (1818) - Narrative of a Journey in the Interior of China: and of a Voyage to and from that Country, in the Years 1816 and 1817. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown.

DOI : [10.1017/CBO9781139179065](https://doi.org/10.1017/CBO9781139179065)

ALMEIDA, Antonio Lopes da Costa (1856) – Repertorio Remissivo da Legislação da Marinha e do Ultramar compreendida nos annos 1317 até 1856. Lisboa: Imprensa Nacional.

ANDRÉS, Ramón (2012) - Diccionario de música, mitología, magia y religión. Barcelona: Acantilado Quaderns Crema.

BOUGANVILLE, Louis Antonie (1772) - Voyage autour du monde, par la frégate du Roi La Boudeuse, et la Flute L'Étoile, en 1766, 1767, 1768 & 1769. Neuchatel: Société Typographique, Premiere Partie.

BREVE Compendio e Narração do Funebre Espectaculo, que na insigne Cidade da Bahia, cabeça da America Portugueza, se vio na morte de ElRey D. Pedro II, de gloriosa memoria, S. N. Offerecido Á Magestade Serenissima Senhor Dom Joam V. Rey de Portugal, composto por Sebastiam da Rocha Pitta, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Cavalleiro professo da Ordem de Christo, & Coronel do Regimento da Ordenança da Cidade da Bahia (1709) - Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes.

CASTELO BRANCO, Antonio do Couto (1719) - Memorias militares pertencentes ao Serviço da Guerra assim terrestre, como maritima; em que sucintamente se contem as obrigaçoens dos Officiaes de Infantaria, Cavallaria, Artelharia, Engenheiros, e Mar... Amsterdam: en Caza de Miguel Diaz.

COELHO, Bento Gomes (1740) - Milicia pratica e manejo da Infantaria offerecido a ElRey N. Senhor D. João V por Bento Gomes Coelho, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Ex Governador das Ilhas de Cabo Verde, e Terra firme de Guiné. Lisboa Occidental: Officina de Antonio de Sousa da Sylva, tomo II.

COUTO, Luís de Sousa (1936) - Origem das Procissões da Cidade do Pôrto. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto.

CURTO, Diogo Ramada (2011) – A cultura Política no Tempo dos Filipes. Lisboa: Edições 70.

DICCIONARIO Bibliographico Portuguez - Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo III, 1859.

ELLIS, Henry (1817) - Journal of the proceedings of the late embassy to China; comprising a correct narrative of the public transactions of the embassy, of the voyage to and from China, and of the journey from the mouth of the Pei-ho to the return to Canton. Interspersed with observations upon the face of the country, the polity, moral character, and manners of the Chinese nation. London: Printed for John Murray.

FIELDING, Henry (1992) - Diário de uma viagem a Lisboa – Tradução, introdução e notas de João Manuel de Sousa Nunes. Lisboa: Edições Ática.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (1999) - Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800). Rio de Janeiro: EdERJ, 1999.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (2000) - Outras Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1582-1808). Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (2013) - Viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro Joanino: antologia de textos (1809-1818). Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

HONRAS funeraes. Ordem de 30 de Março de 1737. Copiador de Ordens e Instrucções Militares. Colecção particular. s.c.

INSTRUCÇÕES para o exercicio dos Regimentos de Infantaria por ordem do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Guilherme Carr Beresford, Marechal e Commandante em Chefe dos Exercitos com aprovação de Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal (1810) - Lisboa: Imprensa Regia, 2.^a edição.

LIVRO do Regimento dos Vereadores (Livro Carmesim), s/d. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico, Chancelaria Régia, N. 37.

MACLEOD, John (1817) - Narrative Of A Voyage In His Majesty S Late Ship Alceste To The Yellow Sea Along The Coast Of Corea To The Island Of Lewchew; With an Account of her Shipwreck in the Straits of Gaspar. London: John Murray.

MATTOS, Raimundo J. Cunha (1842) - Reportorio Da Legislação Militar Actualmente Em Vigor No Exercito E Armada Do Imperio Do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. de P. Brito, vol. 3.

NOTICIAS da doença, morte, & funeral do Muyto Alto, e Muyto Poderoso Principe D. Pedro II, de boa memoria, Rey de Portugal, nosso Senhor, que offerecem, e dedicam a 'Serenissima Senhora D: Francisca Josepha Infante de Portugal, Os Officiaes da Secretaria de Estado (1707) - Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galraõ.

ORDENANZAS, de S. M. para el regimen, disciplina, subordinacion, y servicio de sus Exercitos (1768) - Madrid: Oficina de Antonio Marin, tomo I.

[PLAN de la baye de Rio-Janeiro et de ses défenses en 1757 tel qu'il a été donné par M. Leveux. BNF - F44262918. \[Consult. 21 Nov. 2016\]](#)

[PLAN de Lisbonne \(detalhe\), son port, ses rades & ses environs: avec une petite carte routièrre du Portugal / dressés par le Ch\[evali\]er Calmet-Beauvoisin, auteur du Grand atlas en 63 feuilles – 1833. BNF - Ge DL 1833-766 . \[Consult. 21 Nov. 2016\]](#)

RELAÇÃO da Enfermidade, Ultimas Acçoens, Morte, e Sepultura do Muito Alto, e Poderoso Rey, e Senhor D. João V. o Pio Magnanimo, Pacifico, Justo, Religioso, e por declaração Pontificia o Fidelissimo A' Igreja Romana. Offerecida a seu Augusto Filho o Senhor Rey D. Joseph I.

pelo D.I.B.M.D.P.A.A.R (1750) - Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues.

RELAÇÃO das Exequias, que se fizeraõ pelo falecimento do muito Alto, Poderoso e Fidelissimo Rey de Portugal D. João V. Nosso Senhor, que na Cathedral do Porto mandou fazer o Excellentissimo Prelado da dita, Diocese (c. 1750) – Acessível na Biblioteca Nacional de Portugal. H.G. 22614 – N.º 15.

SANTOS, L. Gonçalves dos (1825) - Memórias para servir a história do reino do Brasil. Lisboa: Na Impressão Régia, Tomo 2.

SELVAGEM, Carlos (1991) Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia Bragança. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

SOUSA, Pedro Marquês de (2008) - História da Música Militar Portuguesa. Lisboa: Tribuna da História.

SYSTEMA, ou Collecção dos Regimentos Reaes. Conte´m os Regimentos pertencentes a´ Fazenda Real, Justilas, e Militares. Agora novamente reimpressos, e acrescentados com todas as Leis, Alvarás, Decretos, e Avisos, que ampliaraõ, limitarãõ, declararaõ, recommendaraõ, e derogaraõ os mesmos Regimentos nas partes, ou §§, que se aboliraõ: e tambem se lhe ajuntaõ outros mais, que faltavaõ até o presente (1789) - Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Tomo V.

TEDIM, José Manuel (1997) - Morte, poder e espectáculo barroco nas exéquias de D. João V, III Colóquio Luso-brasileiro de História da Arte, Évora-Cáceres, 21-24 de Fevereiro de 1995 – Actas, Évora: Universidade de Évora.

ULTIMAS acçoens do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello desde 11 de Setembro de 1727. até 29 de Janeiro de 1727. em que faleceu. Relação do seu enterro, e das Exequias, que se lhe fizeraõ em Lisboa, e nas terras, de que era Donatario. Escritas, e dedicadas a´ Magestade de D. Joaõ V.

Rey de Portugal pelo Duque Dom Jayme seu Estribeiro Mor, dos conselhos de Estado, e Guerra, Presidente da Meza da Consciencia, e Ordens, &c. (1730) Lisboa Occidental: Na Officina da Musica.

VICENTE, António Pedro (1993) - O recrutamento de militares no estrangeiro – De Schaumbourg-Lippe a William Beresford, Separada das Actas do IV Colóquio A História Militar de Portugal no Séc. XIX. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

Notes

1. «Salvar, ou saudar, he huma cortezia e huma honra, que se fas no mar nam somente entre os Navios de differentes naçoens, mas ainda entre os de huma mesma naçam, quando elles se distinguem pellos postos dos Officiaes que os mandam, ou que os montam». In Castelo Branco, 1719, 45-46. Segundo nos informa o nobre militar Antonio Lopes da Costa Almeida (1787-1859), a hierarquia das salvas de Artilharia são assim classificadas: Imperador: 101 tiros; Imperatriz, Família Imperial, Rei, Rainha, Família Real, Arcebispos e Bispos nas suas Dioceses: 21 tiros; Governadores Geraes: 21 tiros (na sua Provincia) e 19 tiros (fora de sua Provincia), Conselheiros de Estado, Ministros de Estado, Conselheiros de Guerra, Exército e Armada: 19 tiros; Marechais e Almirantes: 17 tiros; Tenentes Generais e Vice-Almirantes: 15 tiros; Marechais de Campo e Chefes de Esquadra: 13 tiros; Brigadeiros e Chefes de Divisão: 11 tiros; Coroneis e Capitães de Mar e Guerra: 9 tiros; Tenentes Coronéis e Capitães de Fragata: 7 tiros. Cf. Almeida, 1856, 585-586.

2. Conforme Ramón Andrés, ao descrever a etimologia da palavra «pânico», derivada do grego *panikós* (associada ao semideus Pan) e utilizada para descrever as situações de medo ou terror extremo a partir do sentido da audição - uma vez que era costume fazer referências a um medo instigado pelo ruído e por sons potentes e estranhos, sobretudo nocturnos – apresenta, o autor, o uso militar desses sons: «En el Resos, atribuido comúnmente a Eurípides (c. 485-406 antes de Cristo), es donde aparece por primeira vez, cuando se describen los torvos e inquietantes ruidos que, en noche cerrada, llegan a oídos de los soldados quienes caen en la zozobra. Es, por lo dicho, remarcable la importancia que tuvo el trueno entre los antiguos, o el fuerte resonar de las láminas de bronce». In Andrés, 2012, 1199-1200.

3. Mattos, 1842, 86.

4. *Idem*, 90-91.

5. LIVRO do Regimento dos Vereadores..., s/d, f. 21v.

6. Alvará de 15 de Novembro de 1707. Antes deste ano, em 1643, durante a Guerra da Restauração, deu-se a primeira organização do Exército permanente em Portugal, dividido em três escalões: o Exército de Linha, as Tropas auxiliares e as Ordenanças. Cf. Sousa, 2008, p. 15. Durante o reinado joanino, definiu-se a divisão do exército em Regimentos (em vez de Terços) e constituiu-se a Artilharia – até então não organizada militarmente –, que passou, assim como a Infantaria e a Cavalaria, a ter doze companhias. Sobre o armamento, eram utilizados pela da Infantaria, fuzis de mecha ou pederneira para as companhias de fuzileiros e as granadas de mão para as companhias de granadeiros. Nas cavalarias, os soldados iam armados de sabre, pistola e clavina (carabina). Na Artilharia, para além dos canhões de artilharia de campanha e de sítio, portavam os soldados pistola. Cf. Selvagem, 1991, pp. 464 e 466. Carlos Selvagem é o pseudónimo do capitão de Cavalaria Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos (1890-1973).

7. Castelo Branco, *Op. Cit.*, 239-247.

8. *Idem*, 45-46

9. D. António Luís de Menezes foi, político e militarmente, um nome relevante durante os reinados de D. João IV (1604-1656), D. Luísa de Gusmão (1613-1666), D. Afonso VI (1643-1683) e D. Pedro II (1648-1706). Exerceu as funções de Conselheiro de Estado e da Guerra, Vedor da Fazenda Real, Ministro do Despacho, Governador das Armas de Lisboa, Setúbal, Cascais e Estremadura, Capitão-general da província do Alentejo, Procurador das Cortes de Lisboa e teve destacada atuação no processo de Restauração da independência de Portugal e na consolidação da Dinastia Brigantina.

10. Castelo Branco, *Op. Cit.*, 53.

11. *Idem*, 63.

12. *Noticias da doença, morte, & funeral...*, 1707.

13. *Breve Compendio e Narração do Funebre Espectaculo...*, 1709, 2-3.

14. *Ultimas acçoens do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello...*, 1730, 50.

15. D. Diogo de Noronha também escreveu ao Juiz de Fora do Montijo (Aldeia Galega) para que fossem enviados seis barcos para conduzirem um Esquadrão de sessenta cavalos, destinados ao acompanhamento do corpo do Duque até a cidade de Évora. *Idem*, 51.

16. *Ibidem*, 53.

17. *Ultimas acçoens...*, 55.

18. *Idem*, estampa inserida entre a páginas 54 e 55.

19. *Idem*, 54-61.

20. *Honras funeraes...*, 1737.

21. *Idem*.

22. Coelho, 1740, 398-399.

23. Essa cerimónia consistia em um cortejo cívico-militar hierarquizado, acompanhado (assim como os bandos) por tambores e instrumentos de sopros que seguiam em direcção a três pontos de representação político-religioso das vilas e cidades, onde desenvolvia-se uma sequência formal de gestos simbólicos em torno da fracção de três escudos, por oficiais da Câmara do Senado. Sobre a cerimónia da Quebra dos Escudos consultar: Curto, 2011, 191-192.

24. *Idem*, 399.

25. Uma comparação pode ser feita entre o cerimonial português e o espanhol, identificando-se semelhanças nos protocolos militares. Através das *Ordenanzas*, publicadas em 1768, por ordem de D. Carlos III, fica determinado que: «Immediatamente que los Capitanes Generales, y Comandantes Generales de mis Exercitos, y Provincias tuvieren formal aviso de haver fallecido alguna de nuestras Reales Personas de Rey, Reyna, Principe, ò Princesa de Asturias, anunciarán à mis Tropas, y Vasallos la funesta noticia, haciendo tirar cinco cañonazos consecutivos, y despues de esta primera señal, se continuará tirando un Cañonazo de quarto en quarto por el espacio de veinte y quatro horas, à excepcion de las de la noche; y lo mismo se executará por orden de los Governadores en todas las Plazas de mis Dominios, luego que el Capitan General se lo avise. (...) El dia que se celebráren las Reales Exequias, toda la Guarnicion se pondrá sobre las Armas, y llevandolas à la funeral con las Caxas, ò Trompetas à la sordina, marcharán los Regimientos de Infanteria à guarnecer la Muralla, y los de Cavalleria las Plazas en que huviere cabimiento: el Regimiento mas antiguo de Infanteria formará en la Plaza de la Iglesia, donde se hiciere la funcion, à la que asistirá el Capitan, ò Comandante General, acompañado de los Generales, y Oficiales, que no estuvieren empleados con la Tropa. Por la que estuviere en la Plaza de la Iglesia se empezará la descarga, à que seguirá la Artilleria, y à esta la de la tropa que guarnezca la Muralha. La primeira descarga se hará al empezar la Misa, la segunda à la elevacion, y la tercera al ultimo Responso: despues de lo qual se retirarán los Regimientos à sus Cuarteles en buen orden con Armas al hombro». *Ordenanzas...*, tomo I, 1768, 357-361.

26. Consultar: Smith, *Op. Cit.*, 145-154; Tedim, 1997, 71-77.

27. *GZL*, N.º 32, 11 de Agosto de 1750, 632.

28. Supõe-se que o acrónimo D.I.B.M.D.P.A.A.R signifique: «Doutor Ignacio Barbosa Machado. Desembargador do Porto, Académico da Academia Real». Cf. *Diccionario Bibliographico...*, Tomo III, 1859, 204.

29. *Relação da Enfermidade...*, 1750, 37-38. A Relação das exéquias realizadas na cidade do Porto, por D. João V, também indica, ainda que em poucas palavras, a correspondência entre os sons brônzeos e bélicos. Recebida a «infausta notícia», no dia 10 de Agosto do mesmo ano, o Prelado da cidade avisou toda a comunidade religiosa para que

dobrassem os sinos – principiando os da Catedral –, o que foi correspondido pelas fortalezas da Marinha «com tiros de peça de artilharia de quarto em quarto de hora, e com as bandeiras arreadas». *Relação das Exequias...*, BNP. H.G. 22614 – N.º 15, 1-2.

30. Aquando da sua chegada a Lisboa, no ano de 1754, o romancista inglês Henry Fielding (1707-1754) descreve o aviso sonoro e os procedimentos para controlo da entrada de embarcações estrangeiras no Tejo: «(...) depois de passarmos por vários velhos castelos e outros edifícios que pareciam estar em adiantada fase de ruína, chegámos à Torre de Belém, altura em que já podíamos avistar plenamente a cidade de Lisboa, pois que esta não distava mais de três milhas. Fomos então saudados por uma peça de artilharia como sinal de que não devíamos prosseguir sem ter participado em certas cerimónias que as leis do país requerem de todos os navios que chegam a este porto. Tivemos, pois, de lançar âncora e esperar a chegada dos funcionários da alfândega, sem cuja licença nenhum barco pode avançar para além do ponto em que nos encontrávamos». Fielding, 1992, p. 113.

31. Constatados os desentendimentos na comunicação por salvas, entre os navios e as fortalezas, determina D. José I, através do Decreto de 2 de Abril de 1762: «Sendo-me presente a confusão, e falta de ordens, que ha nas Fortalezas das Barras destes Reinos, respectivas ás Salvas, que devem receber, e com que devem corresponder as Náos da minha Armada Real, para cessar por huma vez todo o embarço, que poderia acontecer a este respeito: Sou servido estabelecer o seguinte. Que quando passar pelas ditas Fortalezas Náo, que leve a insígnia de que nella vai Capitão General da Armada, se lhe faça a Salva com quinze tiros de canhão, antes da mesma Náo salvar, a qual deve receber a Salva com outro igual número de tiros. Que todas as mais Náos devem salvar primeiro as Fortalezas: com declaração, que as que tiverem Bandeira quadrada no tópe do Mastro de Proa, ou da Mezena, se lhe deve receber a Salva com numero de peças igual ás com que as mesmas Náos salvarem. Que as que tiverem Cornetas, se lhe receberá a Salva com dois tiros menos, aos com que salvarem. E que todas as que levarem Galhardetes, serão recebidas as Salvas com quatro tiros menos, como presentemente se pratica». Decreto sobre a formalidade das Salvas, que devem receber, e com que devem corresponder as Náos da Armada Real. *In Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes...*, Tomo V, 1789, 257. Cunha Mattos ainda observa que, «não se marca o numero de tiros, excepto á respeito do Navio que leva Insignia quadrada no Mastro grande. (conforme Av. De 3 de Março de 1757). No Regimento que se dava aos Capitães de Mar e Guerra dos Navios da Corôa que vinha de Portugal ao Brasil estava determinado no Cap. 5 que salvassem com 7 tiros ás Fortalezas de Belém, S. Julião, e outras por onde passassem. No Cap. 6º ordenava-se que não se salvasse a pessoa alguma que fosse a bordo, excepto no caso de lhe pertencer continencia de bandeira tendida. No Cap. 7 proibia-se que se salvasse aos Navios Inglezes. No Cap. 8 determinava-se que salvasse-se á Capitania de

França com 7 tiros. A Almirante commandando Esquadra com outros tantos; á Fiscal ou Chefe que tivesse Corneta com 5 tiros, e que aos Navios de Flamula não se salvasse, e que se algum Navio Francez o quizesse obrigar a salvar, lhe responderia com huma banda de Artilharia e Mosquetaria, por se ter por certo que o Cabo Francez depois de pertender salva, se não accommodará com razaõ alguma sem pelejar. Este Regimento não tem data, mas he posterior ao anno de 1736». *Reportorio da Legislação Militar...*, *Op. Cit.*, 88.

32. Bouganville, 1772, 97 e 99.

33. Selvagem, *Op. Cit.*, 475.

34. Vicente, 1993, 4.

35. Sousa, *Op. Cit.*, 18 e 19.

36. Couto, 1936, 69.

37. Caetano Beirão menciona a falta de fardamentos e recrutas, atrasos e pagamento de baixos soldos aos Officiais estrangeiros e nacionais, falta de comando em muitos Regimentos, deserções em massa e a falta de disciplina. A marinha, em 1765, possuía apenas dezoito navios de guerra mal providos de tripulações. Este número encontrava-se reduzido para doze, no ano de 1772. *Cf.* Beirão, 1944, 20-21.

38. Selvagem, *Op. Cit.*, 483-484.

39. Decreto de 14 de Janeiro de 1798.

40. *Instrucções para o exercicio dos Regimentos...*, 1810, 43-145.

41. Mattos, *Op. Cit.*, 4.

42. Conforme a relação das mesmas cerimónias, por Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca, os tiros foram interrompidos à meia-noite e não à uma da manhã. *Cf.* Santos, Tomo 2, 1825, 41.

43. Mattos, *Op. Cit.*, Vol. 2, 4-6.

44. Segundo o Padre Perereca, o início dessa acção foi sinalizado por um «foguete de lágrimas». Santos, *Op. Cit.*, vol. 2, 55.

45. Cunha Mattos ainda observa que os mesmos procedimentos foram realizados nas exéquias de outras pessoas Reais adultas, que faleceram no Rio de Janeiro. Mattos, *Op. Cit.*, vol. 2, 6.

46. Sobre o relato de viajantes estrangeiros no Brasil, consultar: França, 1999; França, 2000 e França, 2013.

47. «The death of the Queen of Portugal, which occurred yesterday, has communicated a character of noisy and luminous melancholy to the harbour and environs of the town. Guns are fired every five minutes from the ships and bateries, and the convents and churches are illuminated». Ellis, 1817, 3.

48. Macleod, 1817, 6.

49. Abel, 1818, 10.

50. *Idem*, p. 22.

Auteur

Rodrigo T. De Paula

**Centro de Estudos de Sociologia e
Estética Musical – CESEM /
Universidade Nova de Lisboa**

© Publicações do Cidehus, 2019

Conditions d'utilisation : <http://www.openedition.org/6540>

Référence électronique du chapitre

PAULA, Rodrigo T. De. *O som solene da morte: A «sonoridade bélica» dos funerais reais portugueses (1750-1816)* In : *Paisagens sonoras urbanas: História, Memória e Património* [en ligne]. Évora : Publicações do Cidehus, 2019 (généré le 02 décembre 2020). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/cidehus/8001>>. ISBN : 9791036521669. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.8001>.

Référence électronique du livre

SÁ, Vanda de (dir.) ; CONDE, Antónia Fialho (dir.). *Paisagens sonoras urbanas: História, Memória e Património*. Nouvelle édition [en ligne]. Évora : Publicações do Cidehus, 2019 (généré le 02 décembre 2020). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/cidehus/7002>>. ISBN : 9791036521669. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.7002>.

Compatible avec Zotero